

**Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Campus São Carlos**

**PROJETO ALTERNATIVO DE COMBATE À
VIOLÊNCIA DENTRO DO CAMPUS DA UFSCAR**

Restrição é omissão, inclusão é solução!

**Associação de Pós Graduandos - APG
Diretório Central dos Estudantes - DCE Livre
2014**

Introdução / Contextualização

Esse documento tem como objetivo apresentar um projeto pautado na lógica da inclusão social, portanto antagônico ao apresentado pela administração da UFScar frente ao problema da violência no *campus*. A necessidade de construção desse projeto partiu da ineficiência da proposta oficial da reitoria em promover esse combate, pois utiliza uma medida também violenta como resposta ao problema, afinal restrição e controle autoritário de acesso ao campus partem de uma lógica excludente, que desrespeita os direitos individuais e coletivos dos grupos sociais impedidos de acessar esse espaço. Inclusive, na assembléia geral e conjunta - da graduação e pós-graduação - realizada no dia 02\10\14 deliberamos por unanimidade que somos contra a medida de restrição e controle autoritário de acesso ao campus já em vigor na UFSCar. Assim, procurando deixar claro o antagonismo das propostas, evitaremos mencionar o conceito de segurança empregado pela Reitoria, pois acreditamos que o que deve ser pautado é o combate a toda e qualquer forma de violência, inclusive a realizada por via institucional. Tendo claro este objetivo, e feitas as devidas ressalvas terminológicas, faremos uma breve contextualização histórica da problemática em questão.

A Universidade Federal de São Carlos foi fundada em 1968 com uma proposta de não apenas ser um polo de ensino, mas também funcionar como um espaço de cultura e lazer para a população de São Carlos. Localizada em um espaço afastado da própria cidade, ela atua na criação de um novo centro urbano, que além de ser aglutinador de diversas atividades, traz consigo também os problemas e contradições oriundos da própria sociedade urbana.

Assim, é evidente que a Universidade possui as mesmas contradições e problemáticas sociais tão explícitas na nossa sociedade, o que torna impossível tratá-la como uma bolha ou entidade superior que é - ou que deveria ser - isenta destes problemas. Muito pelo contrário: também é dela a responsabilidade de debater e propor transformações sociais que superem suas contradições. Está claro na maior parte dos estatutos e regimentos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras a responsabilidade de acolher todos os grupos sociais e promover a educação pública e de qualidade, porém, antes mesmo de se implementar catracas ou outros entraves físicos, o acesso ao ensino superior já é restrito institucionalmente, afinal só se torna estudante quem possui mérito suficiente para atingir certa pontuação no ENEM. Esse tipo de processo seletivo desfavorece estudantes de baixa renda que não tiveram as mesmas condições de aprendizado da elite econômica brasileira, sendo este o primeiro momento institucional de segregação de classes. Por isso não é de se estranhar que a

administração e outras pessoas vinculadas diretamente à UFSCar se refiram a quem não possui essa condição como “comunidade externa”.

Acontece que a UFSCar, como outras IFES brasileiras, não são espaços exclusivos de qualificação profissional, ou de produção científica, mas sim um espaço onde estudantes, técnicos administrativos, docentes e cidadãos são carlenses como um todo detém o direito ao livre acesso, seja para caminhar, utilizar as quadras, ir ao cerrado, andar de bicicleta ou realizar qualquer outra atividade e em QUALQUER HORÁRIO. Contudo, o que vemos no atual momento é a tentativa de se promover práticas coniventes com a segregação social latente em nossa estrutura e a legitimação da existência de uma “comunidade externa”.

O Conselho Universitário no dia 18 de julho de 2014 aprovou uma medida que controla o acesso ao campus a partir das 19 horas. Nela, todas as pessoas não vinculadas à comunidade acadêmica NÃO podem entrar na UFSCar, a não ser que obtenham um convite feito por alguém pertencente à comunidade acadêmica.

Primeiramente gostaríamos de criticar fortemente como se deu a aprovação de tal medida. Desde janeiro de 2014 a categoria estudantil estava sem representatividade discente no Conselho Universitário porque a Administração, responsável por convocar tais eleições, não o fez. Ou seja, os estudantes ficaram a maior parte do ano sem seus representantes no Conselho e mesmo assim reuniões e decisões continuaram sendo tomadas. Esse fato por si só deixa bem claro o descaso com a representatividade estudantil por parte da Administração.

Outro ponto que reafirma um grande descaso é o de que tal medida foi levada à votação no Conselho sem NENHUM diálogo prévio com qualquer integrante da categoria estudantil ou as entidades que os representam como o Diretório Central dos Estudantes e a Associação de Pós Graduandos e muito menos com a comunidade são carlense. Outro ponto importante a se ressaltar é o de que o dia 18 de julho era uma sexta-feira na qual se configurava o penúltimo dia letivo do primeiro semestre deste ano, o que significa que a maioria dos estudantes já não estava mais presente no campus.

Após a reunião do ConsUni do Dia 18 de julho, a medida restritiva temporária foi implementada. Havia sido encaminhado pelo Conselho que a próxima reunião aprovaria uma medida restritiva PERMANENTE. Assim, e como desde o início, o DCE e a APG se posicionaram contra a medida restritiva e todo o contexto de sua aprovação. Para além disso, realizamos uma roda de conversa no dia 25/08/2014 para promover o debate com

a comunidade como um todo e questionarmos o contexto e as consequências que a restrição ao acesso em um ambiente público implica.

No dia 29/08/2014, foi realizada uma nova reunião do Consuni, na qual DCE e APG primeiramente questionaram o grande absurdo da ausência da representatividade discente e logo após, defenderam a importância de se debater a questão da segurança e o sentimento de identidade de toda a comunidade com o *campus*. Com isso, após todo o debate proposto pelo DCE e APG, e dada a ausência de representatividade discente no Conselho, embargada pela própria Administração da Universidade (apesar desta ser um direito garantido pelo Regimento interno e Estatuto da UFSCar), DCE e APG conseguiram que a votação para aprovação da medida restritiva permanente fosse adiada até que as eleições para estes representantes fossem feitas e eles assumissem seus cargos.

Frente a nossa indignação com todo o contexto aqui colocado, o presente projeto foi elaborado no sentido de trazer proposições concretas para combater a violência no campus de uma maneira realmente efetiva, indo à raiz do problema e apontando ações que, ao integrar a comunidade, movimentam e fortalece as várias definições e possíveis sentimentos de segurança ao estar no *campus*.

Para que chegassemos a essas resoluções, fizemos um amplo ciclo de debates sobre a questão da restrição ao campus colocada pela administração da Universidade. Tal ciclo tinha como finalidade promover uma ampla discussão sobre o combate a violência com a participação de discentes e comunidade externa que culminariam na elaboração deste projeto. Assim, todos os espaços foram abertos para que todos pudessem argumentar e propor medidas que foram votadas em assembleia estudantil. As atividades que se seguiram nesse último mês foram as seguintes:

- Debate “Restrição ao campus: onde fica a extensão?”, problematizando a relação da medida e da extensão. Para esse debate, inclusive, foi convidada a Pró-reitora de Extensão que, em decisão conjunta com outros pró-reitores, recusou o nosso convite;
- Debate na moradia estudantil com o tema “Permanência estudantil e violência no campus”;
- Intervenções no evento “Universidade Aberta”, problematizando a questão da realização de um evento com nome tão sugestivo em tempos de restrição ao campus;
- Panfletagem no centro de São Carlos para conversar com a população sobre a medida adotada;

- Debate “Café con(s)ciência: Inclusão da sociedade na produção científica”, focando o pilar da pesquisa voltada para a comunidade;
- Assembléia geral dos estudantes de graduação e pós-graduação para votar as propostas colhidas ao longo desses debates;
- Atividade cultural no espaço do palquinho, reivindicando ocupação do espaço de convívio dos estudantes e da comunidade são-carlense.

Todas as atividades foram amplamente divulgadas por redes sociais, cartazes, panfletos, rádios e diálogos diretos com a comunidade. Estes, aliás, foram os meios que nos sobram uma vez que não conseguimos chegar à todos os membros da comunidade acadêmica pelo Inforede, o qual nos negou a divulgação mais de uma vez. Mesmo assim, esses espaços contaram com a presença de discentes e técnicos administrativos que apontaram propostas posteriormente votadas na assembleia. Segue nos próximos capítulos a contextualização, enumeração, justificativa e explicação de cada uma delas.

Capítulo I - Aumentando a identidade e o pertencimento à Universidade

A lógica meritocrática do vestibular fomenta ainda mais o individualismo dos estudantes universitários, fazendo com que estes se relacionem com a UFSCar com um sentimento de propriedade, e enxerguem de forma passageira sua permanência nessa instituição - afinal esta seria para eles apenas um trampolim necessário para o mercado de trabalho.

A proposta que desenvolvemos nesse projeto de combate à violência no *campus* exige que essa lógica seja combatida e, no seu lugar, sejam implementados programas que façam com que discentes, docentes e técnicos administrativos criem um sentimento de identidade com o espaço universitário, se tornando sujeitos sociais que atuam ativamente para a sua transformação. A única forma de criar essa identidade é formando estudantes críticos e comprometidos com as demandas da sociedade, o que se relaciona, principalmente, com o fortalecimento do pilar menos valorizado da universidade pública, a extensão. Nesse sentido apresentamos três propostas de implementação imediata e de permanência a longo prazo, fomentando a lógica solidária e de senso crítico enquanto se combate aquela individualista e meritocrática.

1. Fortalecer a extensão num processo integrado com as necessidades da comunidade

Para que a extensão universitária não seja apenas mais um processo burocrático ou uma obrigação de cumprimento do tripé ensino-pesquisa-extensão é de grande importância que ela esteja integrada com a comunidade, para que, assim, o conhecimento produzido na Universidade pública atue de fato na transformação da sociedade. Desse modo, propõe-se a realização de um estudo que mapeie as necessidades urbanas e sócio-econômicas da população de São Carlos para que, a partir disso, seja realizado um extenso documento com diretrizes de ação e se possa pensar em projetos que sejam realmente efetivos de extensão. O próprio levantamento pode ser realizado através de um projeto de extensão multidisciplinar e integrado com a sociedade de São Carlos.

2. *Ampliação das atividades de extensão no período noturno*

A população são-carlense não conta com espaços gratuitos para lazer e cultura, principalmente nos bairros afastados do centro, ao redor da UFSCar e em horário não comercial. Esse fato foi ainda mais agravado pelo atual governo da cidade que aboliu os pontos de cultura, obrigando a população, principalmente os jovens que cada vez mais vêm sendo segregados e criminalizados, a rodarem praça por praça a procura de um espaço de encontro e lazer. Assim, mostra-se de fundamental necessidade a Universidade cumprir esse papel de espaço público com atividades abertas à comunidade, principalmente no horário noturno, uma vez que muitas vezes esse é o único tempo que as pessoas dispõem para lazer. Além disso, é importante a criação de projetos voltados para todas as idades, expandindo aqueles voltados à crianças, jovens e idosos: aulas de dança, futebol, tênis, fotografia, clube do livro, oficina de jornal, entre outros.

3. *Promover editais de extensão que possam ser propostos por movimentos sociais sem a mediação de professores e TAs*

A necessidade da mediação de um professor ou técnico-administrativo para a implantação de um projeto de extensão torna esse processo uma via de mão única, ou seja, as demandas reais da sociedade não são necessariamente vinculadas ao que é proposto pelos funcionários da UFSCar. É preciso criar um outro fluxo de apresentação e desenvolvimento desses projetos, nos quais a própria sociedade possa participar de forma ativa. Esse processo é muito comum quando se trata de empresas, que convidam pesquisadores e estudantes a vivenciarem e formularem propostas que atendam suas necessidades. Isso se dá por dois motivos: o primeiro é a questão financeira, já que muitas delas complementam os recursos necessários à realização do projeto; o segundo - e que nos interessa propor aqui - é a proximidade da formalidade burocrática da

academia à formalidade do ambiente empresarial. Portanto, propomos que a UFSCar crie vias menos burocráticas para que movimentos sociais, grupos marginalizados ou estudantes com planos vinculados a eles possam propor demandas, e mesmo submeter projetos vinculados sem que seja necessário o respaldo formal da instituição através de um professor ou técnico-administrativo, como é comum no cotidiano desses movimentos.

4. *Não institucionalizar a relação das pessoas com a universidade*

Para muitas pessoas, a Universidade não representa apenas um local de ensino e aprendizagem, chegando a ser para alguns - como para as alunas e alunos residentes da moradia estudantil - uma casa. A institucionalização através da restrição de acesso ao campus aumenta a sensação de não pertencimento. Dessa forma, é importante o acolher para além das instâncias burocráticas, fazendo com que as pessoas sintam-se confortáveis no espaço e desenvolvam o respeito por ele.

5. *Defesa do Cerrado da UFSCar*

Pensando na ocupação dos espaços, se mostra interessante uma ocupação do Cerrado da UFSCar por meio de projetos de extensão que integrem a comunidade externa, ampliando e fortalecendo os já existentes tais quais passeios de bicicleta, o Trilha da Natureza, entre outros. Nesse sentido, se faz necessária a preservação do espaço do Cerrado, diferentemente da proposta que foi feita pela universidade.

Capítulo II - Fortalecendo o diálogo com a comunidade

Como já mencionado, a Universidade não é apenas um local de (re)produção do conhecimento, mas também possui um papel social de atender as demandas da comunidade através da inclusão dessa em seu cotidiano, seja através de práticas de extensão ou por atividades culturais e de lazer. Tendo isso em vista, é necessário diminuir o abismo existente entre comunidade e universidade, o que poderia ser alcançado com as seguintes propostas:

1. *Aumentar o diálogo entre a Universidade e a escola pública*

O sentimento de pertencimento ao espaço é essencial para um relacionamento saudável entre as comunidades acadêmica e “externa”, sendo assim, é necessário o fornecimento de atividades para além do Universidade Aberta, que realmente

incluam e permitam a estudantes do ensino médio e fundamental da rede pública conhecer um espaço que os pertence por direito, e saber que lhes é possível o acesso à educação superior pública.

2. Promoção de ações que reformulem o papel da Universidade para estudantes do ensino médio

Atualmente, os estudantes que pretendem ingressar no ensino superior pública o fazem exclusivamente com o intuito profissionalizante. Sendo a Universidade também um centro de pesquisa e extensão, é importante implementar ações que ampliem o conceito dela para

3. Incentivar que os movimentos sociais utilizem os espaços da universidade

Ao incentivar que diversos movimentos sociais utilizem o campus traz-se com mais facilidade pautas latentes e propõe-se a integração com o conhecimento científico para sua resolução. Além do mais, permite às alunas e alunos da Universidade experiências diversas além das acadêmicas, que irão somar à sua formação pessoal.

4. Criar centros de cultura

A criação de centros de cultura permite diversificar ações que já ocorrem dentro do campus, como o ensino de línguas, aulas de música, treinos esportivos, entre outros, e expandí-las; além de se criar oportunidades para que estudantes de diversas graduações exerçam sua futura profissão.

5. Divulgar melhor as ações da Universidade

Com a divulgação das ações da Universidade para além do meio interno, cria-se o interesse de participação e a possibilidade de expansão das mesmas. A divulgação através do boca à boca, e do sítio da internet são importantes mecanismo de mídia, porém insuficientes frente à gama de atividades que a UFSCar proporciona ao longo do ano, acadêmicas e culturais. É preciso organizar um esquema de divulgação regular, criar malas diretas e panfletos impressos que sejam distribuídos em pontos tanto internos ao campus, quanto externos, com informações suficientes para que pessoas sem vínculo institucional se sintam à vontade para frequentar essas ações. Além disso, é necessária a revisão e

ampliação dos critérios de publicação do Inforede, para que não apenas atividades estritamente acadêmicas sejam divulgadas à comunidade.

6. *Revisão do Plano Político Pedagógico dos cursos da UFSCar*

Reestruturar o projeto político-pedagógico dos cursos da UFSCar de forma que todas as disciplinas, no seu processo de realização, relacionassem seus conteúdos com a necessidade da sociedade em geral e a cidade na qual a Universidade está inserida. Isso objetiva que a formação dos alunos ocorra de forma reflexiva e transdisciplinar, pensando e construindo sua atuação profissional na cidade e sociedade. Desta forma, a extensão se ampliaria, reforçando o tripé ensino-pesquisa-extensão nas próprias disciplinas e também visando garantir melhoria da realidade social.

Capítulo III - Propostas de estrutura interna

A atual estrutura interna do campus possui uma série de problemáticas, e que, se propomos que mais pessoas circulem e ocupem o campus, é necessário pensar em alternativas que auxiliem na revitalização do espaço público.

1. Repensar a segurança: não à terceirização e pela contratação de mais seguranças que não sejam apenas patrimoniais

Para que a questão da segurança seja resolvida de fato, é necessário que os funcionários designados para exercer tal função, tenham boas condições para executar seu trabalho. A terceirização do trabalho não garante estabilidade ao funcionário e em muitos casos deixa de atender a direitos básicos dos mesmos prejudicando-o no exercício de sua função. Por tais questões é necessário que se repense a segurança terceirizada e que por meio de ações assegure-se que o trabalhador tenha seus direitos e boas condições de trabalho garantidos. Devemos também, pensar numa proteção que não seja só patrimonial como é hoje, mas que seja também das pessoas que circulam pelo campus, sem que essa seja armada e repressora. Nesse sentido, deve-se prever as orientações e treinamentos que serão dados a esses profissionais para que essa proteção não se configure em uma atuação opressora. Além disso, precisamos que sejam acessíveis e transparentes os bancos de dados referentes a questões que concernem o combate à violência.

2. *Repensar a mobilidade dentro e fora do campus, de forma autônoma, que priorize o deslocamento à pé e de bicicleta.*

Atualmente, têm se priorizado o deslocamento por carro, vide o crescente aumento no número de estacionamentos que vêm sendo construídos na UFSCar. Enquanto isso, falta bicicletários, ciclovia e até mesmo calçadas para pedestres em algumas partes do campus. Assim, é preciso repensar em alternativas que estimule o transporte por bicicleta como a implementação de ciclofaixa e bicicletários em diferentes pontos, aproveitando o projeto já desenvolvido pelo CCAMEC (Centro Acadêmico e Atlético da Engenharia Mecânica) conforme anexo. A implementação de ciclofaixas, inclusive, poderia ser pautada como um projeto para toda a cidade, como, por exemplo, estende-la no trajeto universidades-bairro. A questão da mobilidade também deve se estender no quesito de acessibilidade para pessoas com deficiência, ampliando-se o acesso que hoje é muito precarizado. Além disso, a identificação de prédios precisaria também ser melhorada, visto que ela não têm acompanhado a constante expansão do campus e, portanto, as pessoas não conseguem nem ao mesmo se locomover autonomamente.

3. *Promover atividades culturais*

Estudos mostram que uma das condições para a sensação de segurança é o povoamento dos espaços. Sendo assim, atividades que permitam a circulação de pessoas pelo campus devem ser constantes no campus durante o dia e à noite, para evitar que atividades ilícitas ocorram dentro da Universidade. Nesse quesito, atividades culturais são cruciais, pois são de interesse tanto para a população quanto à comunidade acadêmica, complementando o principal fim da universidade, que é realizar atividades acadêmicas. É importante pontuar que as atividades culturais não devem ter a obrigatoriedade com o vínculo acadêmico, já que as manifestações não são oriundas exclusivamente do meio acadêmico.

4. *Criação de novos espaços de ocupação livre*

Espaços de ocupação livre são importantes pois promovem a interação direta entre pessoas, dando possibilidade à integração de diversas culturas, possibilitando ainda mais a produção de conhecimento e sua expansão, além de combater a segregação tanto interna (divisão entre áreas norte e sul) quanto entre a população e os(as) acadêmicos(as).

5. *Implementação de computadores na moradia*

Os estudantes que residem na moradia estudantil precisam se locomover até a área norte se quiserem ter acesso à computadores e internet, inclusive no período noturno. Entretanto, existe na própria moradia uma sala com computadores prontos para serem usados, o que facilitaria muito a comodidade e a segurança desses moradores. Dessa maneira, se torna emergencial a abertura dessa sala para uso dos estudantes da moradia. Essa abertura deve, no entanto, ser construída conjuntamente com os moradores, para que os mesmos possam opinar e participar da construção de algo que está diretamente ligado com o seu dia-a-dia. Outra medida possível seria a instalação de um computador em cada CASA, seguindo-se o exemplo da UNESP de Marília.

6. *Debater os fins político-culturais do palquinho*

As festas promovidas pelas entidades estudantis no espaço do palquinho tem sido apontadas como uma das principais fontes de atos violentos no campus. Uma expressão cultural não pode ser culpada de problemas que vão para além deles, ao mesmo tempo atos de violência que, de fato, ocorrem nesse ambiente devem ser combatidos. No lugar de proibir sua realização, precisamos fortalecer e difundir os fins político-culturais desses eventos, e do próprio espaço, revivendo a história de luta do movimento estudantil para conquistá-lo e mantê-lo até os dias atuais.

7. *Iluminação dentro e no entorno do campus*

Como já dito acima, atualmente não se prioriza o deslocamento à pé e de bicicleta, o que fica bastante evidente no fato de que alguns lugares do campus são mal iluminados. No entanto, é preciso repensar na estrutura de iluminação não só dentro do campus como também no entorno dele.

8. *Atendimento das demandas já encaminhadas à Administração pela Comissão de Moradia*

Desde 2013, demandas sobre a violência que ocorre no âmbito da moradia estudantil da UFSCAR, estão sendo refletidas e debatidas, resultando em um plano de medidas estruturais e de segurança que foi encaminhado à ProACE e Reitoria, que se comprometeram em reuniões específicas sobre a temática a realizá-lo. A maioria dessas medidas ainda não saíram do papel e considerando

todo o tempo passado sem o atendimento das pautas, reivindicamos que este plano seja reavaliado em conjunto com os moradores da moradia e bolsistas permanência num geral, para que seja concretizado de maneira efetiva.

9. *Proliferação das Moradias Estudantis pelo campus*

A criação de Moradias em diferentes espaços dentro do campus contribui para uma rede de circulação de pessoas no interior da Universidade, aumentando a sensação de segurança.

10. *Utilização da sede social como pólo articulador entre universidade e comunidade*

A sede social é um espaço potente, onde temos estrutura para realização de eventos estudantis e da comunidade não vinculada institucionalmente. É importante que este espaço seja um polo desenvolvidor de arte, cultura e educação, o qual permitiria a participação e integração entre alunos e comunidade não vinculada. Para que isso de fato ocorra, é essencial que a agenda de utilização desse espaço seja gerida pelo Diretório Central dos Estudantes para que alunos e movimentos sociais tenham acesso garantido a esse espaço. No entanto, é importante reforçar que a proposta não é simplesmente transferir os espaços de integração de dentro do *campus*, como no caso das festas, para a sede social. É necessário garantir que o espaço da sede social não seja o único lugar em que se possa haver tais atividades.

Capítulo IV - Encarando os problemas da sociedade e atuando para combatê-los

1. *Promover estudos e diálogos sobre a questão do tráfico e consumo de drogas*

O consumo de drogas é comumente associado aos problemas de violência existentes na UFSCar, e na sociedade como um todo, o que não é de se admirar, afinal é um ato criminalizado. Essa criminalização, inclusive, é responsável por intensificar o problema do tráfico de drogas. Assim, a história vem mostrando repetidamente que a “Guerra contra as drogas” não possui qualquer eficiência contra esse problema, pois possui uma complexidade que nenhum debate moralista e superficial pode solucionar. Como membros de uma comunidade

acadêmica, temos a obrigação de superar nossos preconceitos e aprofundar nossa compreensão sobre essa problemática, e para isso é preciso, num primeiro momento, romper com o tabu existente sobre o tráfico e consumo de drogas, realizando amplos debates sobre o tema. Avançando nesse campo, podemos nos apoiar sobre ações bem sucedidas para propor soluções, como no caso da Casa Hip Hop, que ocupou um espaço abandonado há anos pela administração pública municipal e eliminou completamente o tráfico de drogas e prostituição que ocorria no local ao realizar diversas ações culturais que envolviam os moradores do bairro no seu entorno.

2. *Promover mais debates sobre o tema do combate a violência*

A questão da segurança não está restrita apenas aos muros da Universidade, sendo um assunto pautado em diversas esferas, e que gera polêmica por sempre incluir outros fatores e influenciar diretamente na dinâmica social. Qualquer decisão tomada nesse âmbito deve ser amplamente discutida com todas as pessoas que compõe o quadro da comunidade interna da UFSCar (estudantes, docentes, técnicos-administrativos e funcionários terceirizados), bem como com pessoas sem vínculo acadêmico. Um tema complexo como esse não pode ser tratado a fundo em apenas 2 ou 3 debates, e portanto se faz necessário ampliar as discussões sobre o assunto.

3. *Criar editais de iniciação científica direcionados a demandas de movimentos sociais*

A produção científica no Brasil depende diretamente da possibilidade de financiamento que a problemática escolhida pelo pesquisador possui. Cientes desse fato, e de que a força político-econômica das empresas privadas é muito maior para influenciar na divisão de recursos destinados à pesquisa brasileira, propomos que sejam criados editais específicos de iniciação científica vinculados a demandas de movimentos sociais.

Com esta proposta pretendemos não só aumentar quantitativamente a produção científica diretamente relacionada à demanda de sindicatos, comunidades tradicionais, e grupos sociais historicamente marginalizados, mas também fomentar uma transformação qualitativa no sentido de aproximar tais organizações do contexto universitário.

4. *Implementar o programa de ações afirmativas na pós-graduação*

É fato que a disponibilidade de recursos financeiros é crucial para que problemáticas relacionadas a grupos sociais marginalizados sejam estudadas, porém o interesse do pesquisador em desenvolvê-las, baseado na sua convicção ideológica, possui igual relevância. O acesso na pós-graduação de pessoas com história de vida que se identifica com essas problemáticas é um elemento importante para definir essa escolha, o que pode ser promovido através da inclusão das ações afirmativas na pós-graduação. Ou seja, ao reservar vagas na pós-graduação para indígenas, negros e pessoas com situação sócio econômica vulnerável, podemos fazer com que o interesse em pesquisar situações de opressão e exploração entre classes seja incrementado, assim como de condições que permitam superá-las. O programa de ações afirmativas da UFSCar é referência para diversas universidades brasileiras, e sua eficiência tanto acadêmica, como para diminuir reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico são comprovadas.

5. Criação da secretaria de atendimento à mulher

É necessário e urgente que a universidade passe a tratar da questão da violência contra a mulher de forma efetiva, evitando que este problema continue acontecendo sem que nada seja feito para resolvê-lo. É impossível omitir-se diante de uma questão crucial para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, algo que sempre foi pautado pela UFSCAR. É preciso reiterar que a nossa concepção de mulher abrange tanto as cisgênero bem como as transgênero. Desta forma uma secretaria de atendimento à mulher, que receba denúncias e encaminhe as vítimas para os atendimentos necessários a cada situação torna-se imprescindível para que esta possa garantir sua formação com tranquilidade, respeito e dignidade garantidos.

6. Facilitação de denúncias de atos violentos

A ouvidoria da UFSCar é o principal espaço institucional para se registrar denúncias de atos violentos que ocorrem contra o patrimônio e contra as pessoas que estão no campus, porém falta informação sobre a mesma, tanto quanto sua localização, quanto sobre esse processo de denúncia. Esse é o principal motivo da defasagem entre a realidade de atos violentos e os números que apresenta sobre o tema. Precisamos descentralizar a ouvidoria, criando mais pontos que

permitam o registro de atos violentos pelo campus, e facilitar os meios para que denúncias anônimas, ou com suporte de assistentes sociais, sejam feitas.

Considerações finais

Como dito anteriormente, as propostas apresentadas nesse projeto são fruto de um ciclo de debates promovidos pelo Movimento Estudantil, e que tiveram de ser realizadas em pouco mais de um mês devido à urgência e pressão de se votar um projeto para combater a violência. Não apresentamos aqui uma proposta de segurança, ou seja, não discutimos em nenhum momento restrição e aparato repressor, a não ser para refutar tais ideias. Criamos, sim, um projeto de combate à violência, mas sob uma lógica inversa àquela amplamente aplicada e que possui respaldo leviano do senso comum, pois não uma solução coerente com a complexidade desse problema não pode partir de medidas de restrição e controle autoritário, mas sim da inclusão e da diminuição das desigualdades existentes entre a comunidade que possui vínculo institucional com a UFSCar, e a que não possui.

É evidente que as discussões a cerca dessa problemática, que é produto de processo histórico complexo, não pôde ser exaurido a partir de um ciclo de debates, nem que as propostas sistematizadas nesse documento, pudessem conter todos detalhes pragmáticos que sua implementação exige. Esses limites não podem servir de justificativa para que essa construção se encerre, porém, é imperativo que a instituição também se comprometa com essa proposta inclusiva e rejeite a manutenção e criação de qualquer medida restritiva e excludente. Novos debates devem ser feitos, de caráter amplo e não meramente representativos, incluindo movimentos e sujeitos sociais com e sem vínculo direto com a UFSCar, ampliando essas discussões e ações a âmbito municipal. Portanto, é preciso que a administração também se responsabilize pela continuidade da construção dessas propostas, viabilizando sua implementação. Chega de restrição, chega de omissão!